

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

A correção da memória de cálculo da planilha de formação de preços, do item intervalo remunerado intrajornada..

(COMPRASNET 4.0 - 09/02/2022).'

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE ADITAMENTO

Espécie: Primeiro Termo de Aditamento ao CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO NÃO ONEROSO Nº 01/2020, que entre si celebram A UNIÃO, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul, e a EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S/A - ECOSUL, por intermédio de seus representantes, objetivando prorrogar o prazo de execução das obras em 305 dias corridos, a contar da data da assinatura do presente aditivo. Assinatura: 31 de janeiro de 2022. Vigência do Primeiro Termo de Aditamento ao CPEU nº 01/2020: 31/01/2022 a 02/12/2022. Signatários: Luís Carlos Reischak Júnior, CPF 005.582.780-27, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul, e Fabiano Martins de Medeiros, CPF 315.553.168-16, e Jean Morais Rodrigues, CPF 008.240.230-21, Representantes da ECOSUL. Processo PRF nº 08660.002205/2020-10.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2022 - UASG 200119 - SRPRF-RS

Número do Contrato: 15/2021.

Nº Processo: 08660.020734/2020-03.

Regime Diferenciado de Contratações. Nº 1/2021. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS. Contratado: 07.975.597/0001-39 - IDEA ENGENHARIA E CONSTRUTORA-EIRELI. Objeto: Acréscimo e supressão de itens e quantitativos ao contrato, com fundamento no disposto pelo art. 65, inciso i, alíneas "a" e "b" da lei nº 8.666/93 e cláusula décima segunda do referido contrato. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 3.706.844,12. Data de Assinatura: 27/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 27/01/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 200119 - SRPRF-RS

Número do Contrato: 12/2020.

Nº Processo: 08660.049573/2017-26.

Dispensa. Nº 21/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS. Contratado: 04.529.815/0001-13 - CONSTRUTORA BRILHANTE LTDA. Objeto: Acréscimo de quantitativo ao contrato, com fundamento no disposto pelo art. 65, inciso i, alíneas "a" e "b" da lei nº 8.666/93 e cláusula décima segunda do referido contrato. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 4.326.832,96. Data de Assinatura: 21/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 21/01/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 200119 - SRPRF-RS

Número do Contrato: 11/2020.

Nº Processo: 08660.049573/2017-26.

Dispensa. Nº 20/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS. Contratado: 04.529.815/0001-13 - CONSTRUTORA BRILHANTE LTDA. Objeto: Acréscimo de quantitativo ao contrato, com fundamento no disposto pelo art. 65, inciso i, alíneas "a" e "b" da lei nº 8.666/93 e cláusula décima segunda do referido contrato. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 4.347.348,05. Data de Assinatura: 21/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 21/01/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 149/2022

Especie: Termo de Credenciamento No. 149/2022 celebrado entre a Superintendencia Regional da Polícia Rodoviária Federal em SC e a credenciada CYNTHIA MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA, CPF: 534.524.022-15. OBJETO: Atendimento aos servidores da credenciadora, sob demanda, para execução de triagem psicológica, tratamento psicológico/psiquiátrico, com fundamento no art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e conforme as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento No. 2/2021/SAD-SC e seus anexos, no qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos. Data da Assinatura: 022/11/2021. Assinado por ALBERTO ARARIPE GUESSER, Superintendente Regional da PRF em Santa Catarina e CYNTHIA MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA. Processo SEI No. 08650.082983/2021-84

SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 8020.000569/2021-81 SEI (16908188)

Espécie: Termo de Doação nº 08020.000569/2021-81, Processo nº 08020.000569/2021-81, Doadora: SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP, CNPJ nº 00.394.494/0163-00. Donatária: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ nº 01.409.606/0001-48. Objeto: Bens constantes no anexo I do Termo de Doação em referência, Data da assinatura: 04/02/2022. Assinatura: ANA CRISTINA MELO SANTIAGO, Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN/MJSP, e RODNEY ROCHA MIRANDA, Secretário de Estado de Segurança Pública de Goiás. Valor: R\$ 2.340.000,00.

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 19/2022 SEI (17035672)

Espécie: Termo de Doação nº 19/2022, Processo nº 08106.008835/2021-74, Doadora: SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP, CNPJ nº 00.394.494/0163-00. Donatária: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ nº 00.498.299/0001-56. Objeto: Bens constantes no anexo I do Termo de Doação em referência, Data da assinatura: 02/02/2022. Assinatura: ANA CRISTINA MELO SANTIAGO, Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN/MJSP, e FRANCISCO CANINDÉ DE ARAÚJO SILVA, Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte. Valor: R\$ 76.859,82.

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 29/2022 SEI (17064588)

Espécie: Termo de Doação nº 29/2022, Processo nº 08106.008835/2021-74, Doadora: SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP, CNPJ nº 00.394.494/0163-00. Donatária: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ nº 00.498.299/0001-56. Objeto: Bens constantes no anexo I do Termo de Doação em referência, Data da assinatura: 02/02/2022. Assinatura: ANA CRISTINA MELO SANTIAGO, Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN/MJSP, e FRANCISCO CANINDÉ DE ARAÚJO SILVA, Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte. Valor: R\$ 347.844,00.

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

EDITAL Nº 7, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, representado pelo CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - CFDD, no uso de suas atribuições previstas em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 2.314, de 26 de novembro de 2018, com observância das disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 9.008/1995, da Lei nº 13.249/2016, do Decreto nº 6.170/2007, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, torna público a alteração do Edital de Chamamento Público para Seleção de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Estaduais e do Distrito Federal - 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2020, Seção 3, páginas 88 a 90.

1 - O item 2.3 do Edital de Chamamento Público para a Seleção de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Estaduais e do Distrito Federal - 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2020, Seção 3, Páginas 88 a 90, passa a ter seguinte redação:

- 2.3. Os entes interessados em receber recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD deverão apresentar Planos de Trabalho através da Plataforma +Brasil (antigo Sistema de Convênios - SICONV), no Programa nº 3090520220001 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, disponível no endereço eletrônico <http://www.plataformamaisbrasil.gov.br>. Não serão aceitos documentos em meio físico.

2 - O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

EDITAL Nº 8, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, representado pelo CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, no uso de suas atribuições previstas em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 2.314, de 26 de novembro de 2018, e conforme deliberado na 18ª Reunião Extraordinária do CFDD realizada em 18 de novembro de 2021, torna público a alteração do Edital de Processo Seletivo de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Federais - 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2020, Seção 3, páginas 90 a 93.

1 - Os itens 2.3; 2.3.1; 2.4; 5.1.2; 5.1.2.9; e 5.2.1.2, do Edital de Processo Seletivo de Projetos Apresentados por Órgãos e Pessoas Jurídicas de Direito Público Federais - 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2020, Seção 3, páginas 90 a 93, passam a ter seguinte redação:

- 2.3. Os órgãos e pessoas jurídicas de direito público federais interessados em receber recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD deverão apresentar Plano de Ação através da Plataforma +Brasil (antigo Sistema de Convênios - SICONV), no Programa nº 23614220220001- FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS, disponível no endereço eletrônico <http://www.gov.br/plataformamaisbrasil>. Não serão aceitos documentos em meio físico.

- 2.3.1. O acesso ao endereço eletrônico <http://www.gov.br/plataformamaisbrasil>, deverá ser realizado por intermédio da plataforma gov.br. No caso de não ser usuário do gov.br, o proponente deverá criar uma conta no endereço eletrônico <http://sso.acesso.gov.br/>.

- 2.4. As propostas devem ser enviadas até às 23h59min do dia 15 de março de 2022 (horário de Brasília).

- 5.1.2. Os proponentes deverão inserir na Plataforma +Brasil os seguintes documentos:

- 5.1.2.9. O proponente também poderá inserir outros documentos que entenda necessários para a adequada avaliação do projeto pelo CFDD.

- 5.2.1.2. São causas de inabilitação do projeto:

.....
v) falta de preenchimento ou preenchimento incompleto das abas da Plataforma +Brasil, relacionadas no item 5.1.4 do Edital.

2 - Incluem os itens 2.3.2; 5.1.4; 5.1.4.1; 5.1.4.2, com a seguinte redação:

- 2.3.2. O órgão proponente também deverá ser cadastrado na Plataforma +Brasil no Módulo Termo de Execução Descentralizada. Informações no endereço eletrônico <http://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/plataforma-mais-brasil/ajuda/manuais-e-cartilhas>.

- 5.1.4 O proponente, de posse dos documentos do item 5.1.2, deverá preencher as seguintes abas da Plataforma + Brasil:

- 5.1.4.1. Aba Dados Básicos:

i. Unidade Descentralizada.

ii. Unidade Descentralizadora (Fundo de Defesa de Direitos Difusos - UG 30905).

iii. Programa (23614220220001).

iv. Unidade Responsável pela Execução

v. Dados do Plano de Ação (Valor, Vigência, Objeto, Justificativa, Forma de Execução e Anexos)

- 5.1.4.2. Aba Plano de Trabalho:

i. Cronograma Físico (Metas e Etapas)

ii. Plano de Aplicação Consolidado

iii. Cronograma de Desembolso

3 - O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2022, ao Convênio Nº 905543/2020. Convententes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, , Unidade Gestora: 200143, Conventente: ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, CNPJ nº 35797364000129. P.I. 127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: 199.999,74, Valor de Contrapartida: 0,00, Vigência: 01/03/2021 a 25/11/2022. Data de Assinatura: 08/02/2022. Assina: Pelo MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA / CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO - Secretário Nacional de Justiça

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 1/2022 - LEILÃO IMÓVEIS URBANOS

ESPÉCIE: Licitação, na modalidade leilão, para venda de bens da União, relativos ao processo 08129.009471/2021-81. AMPARO LEGAL: Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº. 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº. 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº. 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº. 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto nº. 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº. 13.886, de 17 de outubro de

